

ATAS

ACTA N°148

Aos 10 do mês de dezembro de 2025, pelas 18h00, na sede da Federação Portuguesa de Rugby (FPR), sita na Rua Julieta Ferrão, n.º 12, 3º Piso, 1600-131 Lisboa, reuniu-se a Assembleia Geral Extraordinária da FPR, NIPC 501617523, convocada nos termos do Artigo 20.º, n.º 2, dos Estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026;
2. Ratificação de admissão de novos sócios – CDJ Sports;
3. Ratificação de admissão de novos sócios – Gaudium Sports;
4. Diversos.

A Mesa da Assembleia foi constituída pelo Presidente Tito Luís Arantes Sampaio Fontes e pelo Secretário Miguel Portela, também presente.

À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente constatou que não estava reunido o quórum necessário para deliberação, conforme previsto no Artigo 20.º, n.º 4, dos Estatutos da FPR, decidindo-se aguardar pela segunda convocatória, marcada para as 18h30.

Às 18h30, verificada a presença dos Delegados e a suficiência dos mesmos para abertura dos trabalhos nos termos estatutários, o Presidente submeteu à votação a autorização para gravação da Assembleia Geral, com o objetivo de facilitar a elaboração da ata, tendo sido aprovada por unanimidade.

Foi ainda colocada à aprovação a presença de Vasco Uva, que não é delegado, nem integra os órgãos sociais da FPR, na Assembleia Geral, tendo também sido aprovada, nos termos do nº10 do artigo 20.º dos Estatutos, por todos os delegados presentes.

Em seguida, o Presidente da Mesa deu início à discussão do Ponto 1 da ordem de trabalhos – Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026 –, dando a palavra ao Presidente da Direção para apresentação do referido ponto.

O Presidente da Direção, Carlos Amado da Silva, iniciou a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026, explicando a metodologia utilizada, baseada na análise dos anos anteriores e das dificuldades enfrentadas pela Federação. Destacou que o plano foi elaborado de

ATAS



forma equilibrada, sem cortes em ações previstas, garantindo cobertura orçamental para todas as áreas.

Enfaticou duas prioridades principais: desenvolvimento do rugby e arbitragem. No desenvolvimento, mencionou a presença de 12 técnicos distribuídos pelas regiões Norte, Centro e Algarve, reforçando ações regionais e inter-regionais, mesmo nas áreas onde não há associações ativas. Quanto à arbitragem, destacou a duplicação do orçamento, a garantia de árbitros para todos os jogos com trio completo e a aquisição de rádios para comunicação, assegurando cobertura adequada das necessidades imediatas.

No âmbito desportivo, o plano contempla participação em competições como o REC, a Nations Cup (nos EUA, Canadá e previsivelmente em Tonga e no Chile) e o Trophy Sub-20 no Chile, bem como o desenvolvimento do rugby feminino, cuja evolução será detalhada pelo vice-presidente responsável.

O Presidente reforçou que este é o maior orçamento da história da Federação, três vezes superior ao de 2019, permitindo uma gestão financeira equilibrada e preparada para desafios futuros. Finalizou destacando o objetivo de consolidar o rugby nacional, aumentar o número de praticantes e clubes, e preparar o país para futuras competições internacionais, garantindo a continuidade do desenvolvimento regional e o legado da Direção.

Após a intervenção do Presidente da Direção, o Vice-Presidente António Folgado foi convidado a intervir.

António Folgado dirigiu cumprimentos aos presentes e iniciou a sua intervenção referindo que o rugby feminino é uma prioridade estratégica da Direção, em linha com o programa eleitoral. Destacou que, embora tenha ocorrido uma estagnação no número de praticantes femininas, a Federação pretende aumentar a participação e continuará a apoiar os clubes que já apostam nesta vertente.

O Plano de Atividades para 2026, conforme explicou, prevê atenção especial ao escalão sub-18, tanto a nível interno quanto internacional, visando a formação de jogadoras para o escalão sénior, e também ao escalão sub-14, com foco na formação e desenvolvimento futuro.

No contexto internacional, mencionou a preparação de uma Taça Latina, envolvendo Portugal, Espanha, Itália e eventualmente Bélgica ou Holanda, com apoio financeiro da World Rugby, para aumentar a experiência internacional das atletas. Acrescentou que estão a ser retomados contatos

ATAS



com a Federação Inglesa para realização de jogos com as England Students, fortalecendo a vertente competitiva feminina.

Finalizou apelando aos clubes para que criem condições, individualmente ou em conjunto, para a formação de mais equipas femininas, garantindo que a Federação apoiará todas as iniciativas possíveis.

O Presidente da Mesa concedeu, em seguida, a palavra à Vice-Presidente Maria Estarreja, conforme indicação da Direção, para apresentar os planos relativos a patrocínios, comunicação e marketing da Federação.

Maria Estarreja destacou que, em termos de marketing digital, particularmente nas redes sociais, a Federação tem registado crescimentos extraordinários em visualizações, alcance, interações e visitas, muitas vezes com subidas percentuais de três dígitos. Salientou que, excluindo a Federação Portuguesa de Futebol, a FPR possui atualmente uma das melhores presenças digitais entre as federações portuguesas.

A Vice-Presidente explicou que este desempenho resultou de um trabalho contínuo com a equipe interna e com parceiros, o que atraiu novos patrocinadores interessados em associar-se à Federação. Acrescentou que para 2026 a expectativa é continuar este crescimento, mantendo os contratos existentes e reforçando o relacionamento com os parceiros.

Referiu ainda que, com as renegociações efetuadas, o orçamento de patrocínios para 2026 será superior ao de 2025 e adiantou que se esperam boas notícias para o próximo ano em termos de novos acordos e reforço das receitas de patrocínio.

Logo após, o Presidente da Assembleia Geral concedeu a palavra ao Vice-Presidente da Direção, Gonçalo Borges, para apresentar o plano de desenvolvimento do rugby em Portugal.

Gonçalo Borges referiu que o projeto de desenvolvimento visa construir um futuro sólido, baseado no presente, com foco no aumento de praticantes, criação de escolas de rugby e apoio estruturado aos clubes. Destacou que o projeto deve ser conduzido por pessoas reconhecidas e experientes no rugby nacional, garantindo liderança e qualidade técnica.

Informou que foram nomeados João Mirra como Diretor Técnico Nacional para o Desenvolvimento e Henrique Rocha como Diretor Técnico Nacional para a Formação, com o objetivo de implementar uma linha de ação comum para os próximos anos. Ressaltou que o

ATAS



desenvolvimento é um processo contínuo, exigindo colaboração entre a Federação e os clubes, para transformar projetos em ações concretas e melhorar a qualidade do rugby nacional.

Entre os principais pontos apresentados, destacaram-se:

Apoio à formação de treinadores, com cursos mais ágeis e exigentes, garantindo técnicos qualificados.

Desenvolvimento das escolas de rugby, com metodologias definidas pelos diretores técnicos regionais, incluindo nomeações para Lisboa e Grande Porto, visando também revitalizar a Associação de Rugby do Sul.

Rugby escolar, promovendo a iniciação em escolas próximas de clubes, facilitando a integração futura dos alunos nas equipas locais.

Rugby feminino, estimulando a participação das raparigas desde sub-8 até categorias de formação, com apoio do World Rugby e coordenação do diretor técnico responsável.

Expansão regional, com o desenvolvimento da Associação de Rugby do Alentejo e Algarve, liderado pelo diretor técnico regional João Moura.

Implementação de academias sub-14 e sub-16, com encontros técnicos para desenvolvimento de atletas, treinadores e árbitros, e facilitação de apoios municipais.

Definição de regras de inscrição e organização, garantindo que os diretores técnicos regionais tenham tempo suficiente para estruturar a metodologia antes do início da época.

Equilíbrio entre número de treinadores e atletas nos clubes, garantindo formação adequada e qualidade técnica consistente.

Gonçalo Borges concluiu enfatizando que estes projetos são linhas gerais para o desenvolvimento do rugby nos próximos anos, reforçando a importância do apoio contínuo da Federação e dos clubes para garantir o crescimento sustentável da modalidade.

Na sequência das apresentações, o Presidente da Assembleia Geral concedeu a palavra a Nuno Salvador, responsável da FPR pelas competições, para apresentar informações sobre as competições nacionais.

Nuno Salvador iniciou a intervenção explicando que, na Divisão de Honra, a competição manter-se-á inalterada em relação aos dois anos anteriores. Referiu que os calendários internacionais, incluindo Super Cup, Nations Cup e REC, já estão definidos, permitindo o planeamento

ATAS



antecipado. A partir de janeiro, pretende realizar reuniões com os clubes para avaliar o campeonato e projetar os próximos dois anos até o final de 2027.

Quanto às categorias CN1, CN2 e CN3, as competições seguem o mesmo formato, embora Salvador planeje propor alterações regulamentares e na constituição das equipas e grupos.

Sobre os escalões sub-16 e sub-18, explicou que este ano foi implementada uma fase primeiro regional e depois nacional, considerada necessária, mas que será avaliada em conjunto com os clubes a partir de janeiro, para otimizar a experiência competitiva.

Salientou que elaborou um documento detalhado sobre competições, demografia federada, avaliação de treinadores e estatutos de alta competição, cobrindo um período de 15 anos (2011-2025), que será primeiramente analisado pela Direção antes de ser distribuído aos clubes.

Referiu ainda que as competições regionais tiveram um aumento significativo este ano, reforçando a formação local e a participação juvenil, incluindo o rugby feminino, conforme mencionado por António Folgado. Finalizou afirmando que o objetivo é enviar o documento aos clubes em janeiro, permitindo ajustes e melhorias para a próxima época, fortalecendo o planeamento e a organização das competições.

O Presidente da Assembleia Geral concedeu, então, a palavra a Nuno da Fonte, representante do Conselho Fiscal, para abordar os aspectos económicos e financeiros do Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

Nuno da Fonte referiu que o Conselho Fiscal analisou o orçamento apresentado, realizando reuniões com o Presidente da Direção e outros intervenientes. Foram avaliadas as estimativas de rendimentos e gastos, considerando comparativos históricos e pressupostos financeiros.

Destacou que, embora algumas estimativas dependam de variáveis externas, como patrocínios e receitas online, uma parte significativa dos rendimentos já possui garantias contratuais. Entre as principais fontes de receita mencionou-se o Comité Olímpico, taxas de inscrição, patrocínios e donativos, sendo que a realização das competições também influencia certas receitas, de forma variável.

No que diz respeito aos gastos, foram detalhados três grandes pilares:

Atividades regulares e gestão da Federação: 612 mil euros;

Desenvolvimento da atividade desportiva e juvenil: 931 mil euros, incluindo organização de provas;

ATAS



Quadros competitivos e arbitragem: 218 mil euros, com outros apoios complementares enquadrados em recursos humanos.

Explicou que todos os custos com recursos humanos, incluindo técnicos e arbitragem, estão incluídos nas sub-rúbricas correspondentes. Quanto às seleções, destacou que os custos de preparação e participação para o próximo ano estão estimados em 952 mil euros e 795 mil euros, respetivamente, enquanto a formação possui um orçamento separado de 33 mil euros.

Concluiu afirmando que, com base na análise e nos procedimentos adotados, o Conselho Fiscal entende que o orçamento é consistente e alcançável, emitindo parecer favorável à aprovação do Plano de Atividades e Orçamento da Federação para 2026.

Aberta a sessão para intervenções dos delegados, o Presidente da Assembleia Geral concedeu a palavra a Miguel Portela (GD Direito), primeiro delegado inscrito.

Miguel Portela iniciou a intervenção elogiando o programa de desenvolvimento do rugby nacional apresentado por Gonçalo Borges, considerando que as iniciativas de desenvolvimento têm finalmente um plano estruturado, com participação de profissionais competentes, e manifestou grande expectativa e motivação face ao projeto.

Seguidamente, questionou o aumento de cerca de 40% nos recursos humanos na Organização e Gestão da Federação, de 174 mil euros para 238 mil euros, indagando se tal aumento se devia à criação de algum órgão novo. Nuno da Fonte (ROC) esclareceu que este aumento se deve à contratação de um novo colaborador (António Amaral) e ajustes salariais legais, incluindo técnicos regionais, confirmando que a rúbrica refletia mais postos de trabalho e ajustes de remuneração.

Miguel Portela colocou ainda questões sobre as receitas próprias de 2025, verificando se o valor previsto de 1.453.000 euros, dos quais 870.000 euros eram provenientes de patrocínios, tinha sido atingido. Maria Estarreja (Vice-Presidente FPR) confirmou que sim, e o Presidente da Federação acrescentou que os números foram alcançados e que o orçamento projetado para 2026 apresenta sólida cobertura financeira. O Presidente da Assembleia esclareceu que a discussão deve focar-se no orçamento de 2026, e não na execução de 2025.

Em seguida, Miguel Portela questionou o orçamento para arbitragem, mencionando pareceres contraditórios sobre um suposto aumento ou redução. O Presidente da Federação esclareceu que houve um aumento substancial, praticamente o dobro, considerando salários, aquisição de equipamentos e contratação de árbitros estrangeiros, conforme solicitado pelo Conselho de

ATAS



Arbitragem. Nuno da Fonte detalhou ainda que os gastos com arbitragem incluem deslocações, observações, staff, material e salários, abrangendo todas as sub-rúbricas correspondentes.

Miguel Portela trouxe também a questão da adesão do público aos dias de jogos da Seleção Nacional, apontando que, apesar da evolução em marketing e imagem, os jogos não têm atraído público suficiente. O Presidente da Federação explicou que a divulgação tem sido melhor do que no passado, mas fatores como resultados negativos em jogos específicos (ex.: Irlanda) e coincidência com jogos de clubes têm limitado a adesão. Acrescentou que é necessário conciliar calendários com clubes e implementar uma equipa semi-profissional para aumentar o nível competitivo, reforçando que tal medida é inevitável para o desenvolvimento futuro do rugby português.

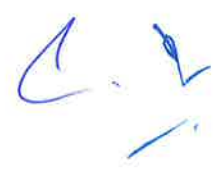
Por fim, Miguel Portela questionou a existência de um plano a médio e longo prazo, reclamando falta de política estruturada para gestão de estrangeiros e calendário competitivo. O Presidente respondeu que existe um plano estratégico, publicado no site da Federação, e que a Direção tem procurado conciliar os interesses da Federação e dos clubes, respeitando a participação regional e nacional, enfatizando que será implementada progressivamente uma equipa semi-profissional, com coordenação entre clubes e Federação.

O Presidente da Assembleia Geral perguntou a Nuno da Fonte se tinha algum esclarecimento adicional a prestar, tendo o mesmo dito que houve um acréscimo de dois recursos humanos na rubrica de Organização e Gestão, bem como atualizações salariais. Miguel Portela esclareceu que a sua dúvida se referia especificamente ao orçamento da arbitragem. Nuno da Fonte explicou que o custo total da arbitragem para o ano de 2026 é de 350.300 euros, distribuído pelas diferentes rubricas do documento, comprometendo-se a comparar com o orçamento do ano anterior e a fornecer essa informação diretamente ao Delegado Miguel Portela.

O Presidente da Assembleia, após esse esclarecimento, concedeu a palavra ao delegado José Villar Gomes (GDS Cascais).

Antes de passar à intervenção seguinte, José M.^a Correia Sampaio (GDS Cascais) solicitou esclarecimentos adicionais, manifestando interesse em conhecer os números relativos à arbitragem, tendo o Presidente da Assembleia Geral questionado se tais números seriam disponibilizados a todos os delegados, assegurando transparência na informação, tendo o Presidente da Direção assegurado que seriam.

ATAS



O Presidente da Assembleia Geral concedeu, então, a palavra ao delegado José M.^a Villar Gomes (GDS Cascais), que começou por saudar Gonçalo Borges pela sua presença na Federação e pelo projeto apresentado, destacando o potencial de resultados positivos no curto prazo. Referiu, ainda, que muitas das questões que pretendia abordar já haviam sido levantadas por Miguel Portela, embora algumas merecessem esclarecimento adicional.

O delegado manifestou a sua preocupação com a distribuição do orçamento, salientando que, num total de 4,2 milhões de euros — o maior da história da Federação, segundo o Presidente —, apenas 20% é dedicado à competição interna, o que considera refletir as prioridades da Direção.

Mais apresentou os seguintes pontos para esclarecimento:

Arbitragem: embora o orçamento geral tenha aumentado para 350 mil euros, algumas rubricas relacionadas à arbitragem apresentam reduções, como a formação de árbitros (de 50 mil para cerca de 20 mil euros) e os quadros competitivos nacionais (de 280 mil para 220 mil euros). Solicitou explicações detalhadas sobre a distribuição das verbas.

Receitas da formação: questionou a redução de 42 mil euros para 25 mil euros, pedindo esclarecimentos sobre a rubrica.

Seleção nacional de “sevens” masculino: notou que o orçamento para preparação aumentou de 55 mil para 181 mil euros, enquanto a participação em competições internacionais caiu de 197 mil para 82 mil euros, questionando a lógica de investir mais em preparação para competir menos.

Aumento de receitas previsto: pediu esclarecimento sobre se os aumentos provenientes da World Rugby, Comité Olímpico e patrocinadores estão efetivamente garantidos ou apenas previstos. Em caso de falha, questionou quais despesas seriam ajustadas para equilibrar o orçamento.

Encerrando a sua intervenção, Villar Gomes solicitou respostas claras da Direção da Federação.

O Presidente da Assembleia Geral referiu que as questões relativas à arbitragem levantadas por Villar Gomes já tinham sido abordadas por Miguel Portela e que um esclarecimento detalhado seria circularizado pela Direção a todos os delegados, discriminando rubrica a rubrica e com totais comparativos entre 2025 e 2026.

O Presidente da Federação Portuguesa de Rugby (FPR) tomou então a palavra para responder às questões restantes:

Esclareceu que apenas 20% do orçamento é dedicado à competição interna devido ao facto de as inscrições dos clubes representarem apenas 10% do orçamento total da Federação.

ATAS

Reforçou que a Federação não cobra custos aos clubes para organizar os jogos nacionais e que paga diretamente a arbitragem, prática que considera diferenciadora face a outras modalidades.

Sublinhou que os clubes organizam os campeonatos nacionais, enquanto a Federação apoia com estrutura e arbitragem, garantindo assim um investimento indireto significativo.

Explicou que a redução das receitas da formação (de 42 mil para 25 mil euros) corresponde a valores recolhidos pelos cursos de formação de treinadores, que são irrisórios e proporcionados pelas inscrições dos participantes, não refletindo diminuição de participação juvenil.

Justificou o aumento do orçamento de preparação de 55 mil para 181 mil euros devido à implementação de uma nova política de contratação de um núcleo de 35 a 40 jogadores, que receberão remuneração durante cerca de 10 meses para preparação de competições nacionais e internacionais, incluindo Sevens e XV.

Esclareceu que o número reduzido para competições internacionais (de 197 mil para 82 mil euros) corresponde à participação apenas nos torneios existentes, como o Campeonato Europeu na Croácia e Alemanha, mas não implica redução do nível de preparação, que é mais rigorosa e específica.

Confirmou que as verbas incluem cobertura para equipas técnicas e logística, garantindo a qualidade do desenvolvimento das seleções.

Informou que as receitas provenientes da World Rugby, Comité Olímpico e patrocinadores estão quase totalmente garantidas, com contratos já assinados e apoios assegurados, permitindo cumprir o orçamento previsto para 2026.

Villar Gomes agradeceu os esclarecimentos, destacando a quase total garantia de cumprimento do orçamento de receitas, e o Presidente FPR reforçou que, com este planeamento, se consegue recuperar o passado e garantir estabilidade financeira e operacional para as seleções e competições.

O delegado Paulo Picão (Comité Regional Rugby Centro) tomou, então, a palavra e fez os seguintes comentários e questões:

Saudou a entrada de Gonçalo Borges na direção e a apresentação do seu projeto, considerando que trará uma mais-valia ao plano nacional de desenvolvimento do rugby.

Destacou o papel de João Mirra e a importância da sua experiência no contexto nacional.

ATAS

Reforçou a relevância do projeto de inserção do rugby nas escolas como forma de aumentar o número de praticantes.

Sugeriu envolver as associações regionais, dada a relação destas com os municípios, que lideram a gestão das escolas, para potencial apoio e coordenação local.

Questionou sobre a possibilidade de aumentar receitas online, considerando que outras federações têm conseguido crescimento nesta área.

Indicou que melhorias poderiam incluir organização dos campeonatos e acesso à informação mais facilitado para o público.

Lembrou a importância de definir atempadamente o calendário dos jogos internacionais de XV para permitir melhor envolvimento das câmaras municipais, patrocinadores e público.

Propôs criar “dias de festa” em que os jogos internacionais pudessem mobilizar maior público e apoio local.

Reconheceu a aposta da Federação na Rugby TV como meio de divulgação do rugby português.

Apontou a necessidade de melhorar a qualidade dos comentadores e da explicação do jogo, sugerindo uma reflexão conjunta entre clubes, associações regionais e direção para otimizar este meio de comunicação.

Concluiu agradecendo a oportunidade de intervenção e reforçando a importância de todos os pontos mencionados para o desenvolvimento do rugby nacional.

O Presidente da Assembleia complementou esta intervenção trazendo a experiência do basquete como exemplo de sucesso na captação de receitas de apostas. Explicou que no basquete nacional, a popularidade da NBA gera grande volume de apostas que favorece essa Federação, enquanto no rugby português não há um produto de apelo similar — desde logo, devido também à ausência dos denominados “três grandes clubes” no topo do escalão. Destaca que torneios internacionais poderiam gerar mais interesse, mas que atualmente o rugby ainda não possui estrutura ou notoriedade nacional para replicar este tipo de receita.

O Presidente da Direção reforça a preocupação levantada, explicando que no rugby português ainda não existem condições para serem feitas apostas de forma significativa. Destaca que a Federação tem pressionado por um modelo em que parte das verbas de apostas nacionais possa ser destinada a federações menos beneficiadas, como o rugby, através de proposta da Confederação do Desporto, embora ainda não implementada. Sobre os jogos das seleções,

ATAS

comenta que Coimbra tem sido um exemplo positivo na realização de competições internacionais e que há intenção de descentralizar partidas para o Porto e outras regiões, apesar das dificuldades logísticas. Confirma ainda que as demais questões levantadas por Paulo Picão, como a divulgação e o envolvimento das associações regionais, já foram tratadas nas intervenções anteriores.

Foi, em seguida, dada a palavra ao delegado Luis Filipe Lança de Morais (GD Direito):

Luís Lança de Morais inicia a sua intervenção destacando a sua entrada tardia na sessão e a necessidade de comentar o orçamento, grande parte do qual já foi abordada por outros delegados. Reconhece o aumento significativo do orçamento, sustentado sobretudo pelas receitas da World Rugby e do IPDJ, e apenas em menor medida pelos patrocínios, que representam cerca de 18% do acréscimo. Expressa preocupação com a criação de uma equipa profissional ou semi-profissional exclusiva para a seleção nacional, argumentando que esta realidade não existe em Portugal e que a base de recrutamento é limitada a alguns clubes e atletas universitários.

O delegado reforça que, apesar de reconhecer os esforços da Federação e da Direção, a modalidade tem vindo a regredir e não apresenta crescimento em número de praticantes. Critica a execução e comunicação dos planos, apontando falhas na organização competitiva e na articulação entre clubes e seleções. Salienta que os clubes continuam a enfrentar dificuldades para conciliar campeonatos com disponibilização de jogadores para a seleção, muitas vezes sujeitos a pressões ou chantagens emocionais, sem contratos formais que regulem a participação dos atletas.

Conclui que, se as receitas previstas não estiverem garantidas, é arriscado aprovar um orçamento baseado no pagamento de salários a jogadores que não são profissionais. Propõe que os recursos sejam prioritariamente destinados ao desenvolvimento da modalidade e à reformulação dos modelos competitivos, garantindo rugby desde setembro e promovendo crescimento sustentável da base de atletas.

O Presidente da Direção, seguidamente, respondeu às preocupações levantadas por Luís Lança de Morais sobre pressões e alegado assédio a jogadores das seleções nacionais. Explicou que a Federação tem seguido procedimentos claros: os clubes libertam jogadores para as seleções conforme previamente acordado e que todos os atletas convocados são aqueles que não são titulares nos seus clubes. Reforça que não tem conhecimento de quaisquer casos de coação ou obrigatoriedade de participação e que qualquer denúncia concreta será investigada e tratada.

ATAS

O Presidente esclarece ainda que a ideia de uma equipa semi-profissional ou profissional é totalmente voluntária: os jogadores que integrem esta equipa o fazem por vontade própria e de acordo com os clubes, podendo continuar a jogar nos campeonatos decisivos. Afirma que o financiamento previsto está garantido, incluindo apoios da World Rugby, do Estado português e de patrocinadores, e que não há conflito de interesses com os clubes. Salienta que o objetivo é conciliar a participação dos melhores atletas nas seleções com o calendário dos clubes, garantindo transparência e respeito pelos processos.

Luís Lança de Morais insiste que esta questão já foi levantada em várias assembleias, recordando episódios passados de convocatórias que não respeitaram o número de jogadores acordado com os clubes. Questiona a execução prática do processo de convocatória, afirmando que, em algumas ocasiões, foram convocados mais atletas do que o previamente combinado, considerando isso uma falha grave.

O Presidente da Assembleia intervém para lembrar que os delegados devem respeitar o procedimento da Assembleia, pedindo a palavra antes de falar e mantendo a ordem do debate, suspendendo a Assembleia por cinco minutos, até que seja possível retomar a sessão de forma organizada.

Pouco depois, o Presidente da Mesa retomou os trabalhos da Assembleia, lembrando aos delegados a importância de se respeitar a ordem de intervenção, especialmente num formato de assembleia online, para evitar sobreposição de falas e garantir que tudo fique claro para a gravação e a ata. Antes de passar a palavra a um novo delegado, dirige-se ao Luís Lança de Morais para saber se deseja acrescentar algo, tendo este dado explicações por eventualmente se ter exaltado na sua última intervenção. Mais afirmou que não tem mais nada a acrescentar e aguarda a votação das contas.

O Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção, explicando que, durante esses momentos, até ele próprio teve dificuldade em se fazer ouvir, mas considera que essas situações são normais e que estão já superadas, passando a palavra ao delegado seguinte, Luís Baptista (Belas).

Luís Baptista inicia a sua intervenção com um agradecimento, destacando que a questão levantada por Luís Lança de Morais sobre a instabilidade dos atletas nas seleções é legítima e recorrente. Reforça que, no Belas Rugby Clube, mesmo em escalões mais jovens, há situações em que atletas convidados para as seleções recebem propostas de outros clubes, o que considera inadequado, especialmente quando ocorre no contexto de seleções que deveriam servir o interesse comum.

ATAS



Seguindo, concentra-se no orçamento e no relatório de atividades, salientando que, apesar de o documento ter 50 páginas, apenas três são dedicadas à área financeira. Considera que isso torna difícil compreender e justificar as variações orçamentais, como aumentos de 38% em recursos humanos ou 18% em recursos materiais. Destaca que pequenas rubricas, como projetos específicos com valores modestos, são pouco detalhadas, e apela à Federação para que, nos próximos orçamentos, haja uma descrição mais completa das variações, com justificações claras por escrito.

Luis Baptista conclui pedindo que os responsáveis financeiros da Federação adotem boas práticas profissionais, detalhando os valores e as razões de aumentos ou alterações, de modo a evitar longas discussões em assembleia sobre números pouco fundamentados.

De seguida foi dada a palavra ao delegado João Correia (CR Técnico):

João Correia inicia cumprimentando a Direção da Federação e os representantes dos clubes, destacando o plano de desenvolvimento apresentado por Gonçalo Borges e elogiando tanto as ideias, quanto os protagonistas envolvidos.

Em seguida, aborda os problemas nos modelos competitivos, especialmente nos escalões sub-16 e sub-18, apontando que, quatro meses após o início da época, houve muitos fins de semana sem competição, o que considera prejudicial para o desenvolvimento dos atletas jovens. Mostra-se esperançado em que estas questões sejam revistas na próxima época, referindo-se à reflexão que já terá sido feita pela Federação.

Por fim, comentou o orçamento, expressando preocupação pela ausência de uma provisão destinada a cobrir o contencioso entre o Técnico e a Federação, que considera provável. Salienta que a falta de uma estimativa indemnizatória é imprudente e recorda que esta questão foi mencionada no último parecer do Conselho Fiscal. Enfatiza que não se trata de uma questão formal, mas de um comentário que deseja ver registado em ata.

Foi dada a palavra a José Maria Corrêa de Sampaio (delegado do GD Cascais), que cumprimentou a Mesa, a Direção e os delegados, antes de expor as suas dúvidas sobre o plano de atividades.

Referiu uma aparente contradição entre o que está escrito no plano e as explicações dadas durante a assembleia, especialmente no que diz respeito às competições de sub-16 e sub-18. Perguntou se, no próximo ano, o modelo atual será alterado, sendo prontamente respondido por Nuno Salvador, que explicou que o modelo anterior foi demasiado ambicioso e gerou desistências e dificuldades de algumas equipas, tendo ainda esclarecido que a proposta futura será de uma

ATAS

competição regional de curta duração (cerca de um mês e meio) seguida de uma competição nacional, com maior diálogo prévio com os clubes.

José Maria Corrêa Sampaio falou ainda na Divisão de Honra, questionando se já há decisão sobre o modelo competitivo para o próximo ano, tendo Nuno Salvador esclarecido que alterações só podem ser aplicadas com acordo regulatório ou unanimidade dos clubes, reforçando que o projeto será discutido em janeiro e ajustado conforme as normas e consensos necessários.

O delegado alertou ainda para a dificuldade crescente de conciliar a atividade dos clubes, especialmente ao nível sénior, com a participação dos atletas nas seleções – tanto de “sevens” como de 15 jogadores – ao longo praticamente de todo o ano. Sublinha que, com seleções ativas quase 11 meses, os clubes precisam de saber antecipadamente quem são os atletas selecionados, para poderem planear a próxima época, pois é humanamente impossível para os jogadores conciliar todas as competições sem um planeamento claro.

Por fim, José Maria Corrêa Sampaio questionou os critérios necessários para que o campeonato da Divisão de Honra possa integrar o placard de apostas, destacando que outras modalidades já cumprem essas condições e que seria importante para o rugby entender exatamente quais são os requisitos para beneficiar dessas oportunidades.

Em resposta à intervenção de José Maria Corrêa Sampaio, o Presidente da Federação começou por abordar a questão do “Placard” de apostas, explicando de forma clara que - sem uma liga profissional, que não existe atualmente em Portugal — não é possível incluir o rugby nas apostas. Reforça que apoia a criação de uma liga, mesmo sem profissionalismo total, mas essa condição não está cumprida.

Seguidamente, esclareceu as preocupações sobre a gestão das seleções (Lusitanos e Sevens) e o impacto nos clubes. Garante que a Federação não tem intenção de prejudicar os clubes nem de obrigar jogadores a participar em projetos da seleção; tudo será voluntário. Informou que haverá diálogo prévio com os clubes, garantindo que os atletas podem jogar nas fases mais decisivas dos campeonatos, conciliando a participação nas seleções com a competitividade dos clubes.

Destacou o papel de Gonçalo Uva, representante dos jogadores portugueses, para intermediar esta comunicação e assegurar que os clubes e atletas estejam alinhados com os planos da Federação e salientou que Nuno Salvador, embora empenhado, não tem responsabilidade total sobre estas questões, sendo a Direção da Federação a entidade responsável.

ATAS



Quanto à legislação, recorda que alterações ao modelo competitivo da Divisão de Honra só têm efeito imediato se houver unanimidade entre os clubes; caso contrário, só se aplicam dois anos depois. Ressalta que a prioridade é manter competições nacionais fortes, com clubes robustos e seleções competitivas, garantindo que os jogadores que participam nos Lusitanos permaneçam filiados nos clubes e possam atuar nas fases finais dos campeonatos.

José Maria Corrêa Sampaio replicou, sublinhando que não se trata de boa vontade da Federação ou de Nuno Salvador, mas sim de um problema estrutural: os clubes estão confrontados com factos consumados, nomeadamente o aumento significativo da atividade das seleções.

Alerta que, dado que os jogadores que integram as seleções são os mesmos que jogam nos clubes, torna-se difícil manter um campeonato nacional competitivo e atrativo. Refere que, embora o Cascais esteja disponível para colaborar na busca de soluções, esta sobreposição de competições e seleções gera limitações práticas, citando episódios como os jogos contra Irlanda ou Inglaterra B, em que o entusiasmo do clube não pôde ser plenamente acompanhado pelas suas possibilidades.

Conclui reforçando que, se a situação não for organizada de forma equilibrada, corre-se o risco de comprometer a qualidade e a competitividade do rugby nacional, afetando o desenvolvimento dos clubes e o planeamento das temporadas.

Logo após, tomou de novo a palavra o delegado Luis Lança de Morais, elogiando a intervenção de José Maria Corrêa de Sampaio e utilizando a oportunidade para fazer uma reflexão crítica de fundo sobre a visão da Federação.

Destaca que o problema central não é a boa vontade do Presidente da Federação ou da Direção, mas sim a falta de visão partilhada entre clubes e Federação. Critica a ideia da criação de uma seleção profissional com 40 jogadores, considerando-a desconectada da realidade do rugby em Portugal. Para Lança de Morais, Portugal não possui uma cultura de rugby profissional: os valores do rugby nacional estão ligados ao amadorismo, resiliência, superação e espírito de equipa, e uma tentativa de profissionalização completa poderia afetar negativamente os patrocínios e a sustentabilidade dos clubes.

Faz um alerta prático: muitos clubes têm recorrido à contratação de jogadores estrangeiros de forma pontual apenas para a fase final do campeonato, prática que considera errada e insustentável, desviando recursos do desenvolvimento da base de jogadores nacionais. Critica a ausência de planeamento estratégico e coordenado, apontando que decisões sobre Lusitanos,

ATAS



Sevens, preparação de jogadores e gestão de lesões são tomadas de forma improvisada, sem envolvimento ou acordo com os clubes.

Lança de Moraes defende a necessidade urgente de uma visão estratégica partilhada, que considere a realidade portuguesa, os clubes e o desenvolvimento sustentável dos atletas. Ele alerta que, se continuar a política atual — priorizando seleções internacionais e equipas profissionais sem planeamento — haverá um risco sério de falência ou colapso do rugby nacional, com prejuízos para clubes, jogadores e sustentabilidade financeira.

Conclui que o investimento deve ser redirecionado para o desenvolvimento nacional, reforçando a base de jogadores e não apenas a vertente internacional, caso contrário o que está a ser feito não trará resultados positivos a longo prazo.

O Presidente da Federação refutou a crítica sobre a alocação das verbas, explicando que não há qualquer desvio de recursos para o desenvolvimento dos clubes ou para outros fins, sublinhando que o dinheiro que a Federação recebe — de patrocinadores, do IPDJ ou da World Rugby — só é disponibilizado porque as seleções nacionais estão em alto rendimento. Se o desempenho não fosse este, não haveria financiamento, nem dos patrocinadores, nem da World Rugby. Portanto, não há margem para redistribuir estas verbas para outras áreas. Reforça que este é um ponto de realidade concreta e não de opinião: “não vale a pena insistirmos nisso tudo, a realidade é esta”.

Referiu que Portugal não está sozinho nesta política; outros países como Bélgica, Holanda, Espanha, Uruguai, Chile ou Brasil enfrentam desafios semelhantes e isso demonstra que a abordagem da Federação está alinhada com padrões internacionais e que a prioridade financeira em alto rendimento não é exclusiva de Portugal.

As verbas têm um objetivo claro: manter e fortalecer as seleções nacionais, permitindo-lhes competir em provas internacionais, citando como exemplo a Nations Cup, explicando que Portugal tem de participar e que o custo é coberto por estas verbas.

O Presidente da Direção deixou claro que, embora o desenvolvimento dos clubes e a formação local sejam importantes, o dinheiro externo só existe por causa do desempenho internacional, não podendo ser utilizado para outros fins sem comprometer a continuidade do financiamento.

Foi, em seguida, dada a palavra a Rui Loureiro (Académica Coimbra).

Rui Loureiro cumprimentou todos os delegados, os membros da Direção e o Presidente da Assembleia Geral, sublinhando que, ao contrário do que muitas vezes é transmitido nas

ATAS

Assembleias, nem tudo corre bem no rugby nacional e é importante discutir os problemas de forma aberta.

Abordou a questão das convocatórias para as equipas nacionais, distinguindo entre seleções nacionais e os Lusitanos, que define como uma equipa nacional e não uma seleção. A Académica teve recentemente três atletas convocados para os Lusitanos, todos titulares, e expressa satisfação em cedê-los, reconhecendo que o desenvolvimento dos atletas se faz também através desta experiência competitiva. No entanto, critica a falta de clareza e organização da Federação, uma vez que os nomes dos atletas da Académica não constavam da convocatória inicial e, posteriormente, foi feito apenas um pedido de cedência, que o clube aceitou. Ele sublinha que a convocatória original ainda está publicada no site da seleção, o que evidencia uma comunicação deficiente e pouco transparente. Apesar disso, a Académica mantém-se disponível para ceder atletas, mas reforça que os processos devem ser conduzidos de forma clara e correta, sobretudo em momentos decisivos do campeonato.

Na sequência, Rui Loureiro abordou o formato competitivo e a divisão dos clubes, tema que tem gerado divisões no rugby nacional, explicando que a existência de um “top 6” e de outro “grupo de 6” tem criado fracturas e falta de solidariedade entre clubes, embora reconheça que cada clube naturalmente defenda os seus interesses. Mais recordou que, segundo os regulamentos, a Federação tem o poder de definir modelos competitivos com dois anos de antecedência e que já houve tempo suficiente para implementar melhorias, mas que o problema é que todos os anos os clubes são confrontados com decisões de última hora, criando conflitos desnecessários, defendendo que a Federação deve assumir decisões claras, cabendo aos clubes adaptar-se ao que for definido, evitando debates anuais que colocam clubes uns contra os outros.

Rui Loureiro aproveitou também para esclarecer alegações de favorecimento à Académica. Afirmou que, no ano em que a Académica ficou em último lugar, não desceu de divisão porque o Évora se recusou a subir, desmentindo qualquer ideia de intervenção ou “arranjo” por parte da Federação.

Por fim, Rui Loureiro concluiu enfatizando que os clubes defendem sempre os seus interesses e que a Federação não pode abdicar da sua responsabilidade de decidir e estruturar o rugby nacional, reforçando a necessidade de definir modelos competitivos de forma clara e implementados com antecedência, garantindo a unidade do rugby e evitando fraturas entre clubes.

O Presidente da Mesa deu, novamente, a palavra ao Presidente da Direcção, tendo este procurado clarificar a sua posição perante as críticas feitas, reconhecendo que a sua função como Presidente

ATAS

exige ter uma visão nacional do rugby, não restringida apenas à realidade de Lisboa, sublinhando que qualquer medida deve refletir o interesse geral do desporto em Portugal.

Relativamente aos exemplos concretos apontados por Rui Loureiro sobre Coimbra e CDUP, admitiu que, na tentativa de conciliar os interesses dos clubes, acabou por agir de forma demasiado democrática, procurando harmonizar diferentes posições em vez de aplicar a decisão regulamentar de forma firme. Reconhece que esse método não foi adequado e que, na prática, acabou por gerar confusão e dar a impressão de favorecimento, embora assegure que nunca houve intenção de beneficiar especificamente a Académica ou o CDUP, mas sim uma convicção de não prejudicar clubes fora de Lisboa. Assim, admitiu explicitamente o seu erro: deveria ter sido mais assertivo e aplicar rigidamente o regulamento, definindo claramente as condições competitivas (por exemplo, limitar o número de clubes no “top 6”), em vez de tentar conciliar todas as partes.

Reforçou que a intenção de ajustar modelos competitivos de acordo com os regulamentos e estatutos será plenamente cumprida no futuro, garantindo transparência e igualdade entre todos os clubes.

José Maria Corrêa de Sampaio retomou, então, a palavra para esclarecer um ponto relativo à definição dos modelos competitivos e à organização das provas, reconhecendo que a responsabilidade de definir os modelos e organizar as competições é da Direção da Federação, não havendo dúvida sobre isso.

Manifestou alguma dúvida em relação à aplicação do regulamento que indicaria que determinadas decisões só teriam efeito dois anos depois, sugerindo que este ponto específico possa ser debatido mais tarde, para clarificar a sua interpretação.

Reforçou que, na sua visão, a Direção deve tomar as decisões finais, mas sempre mantendo um diálogo construtivo com os clubes, pois isso é necessário para o bom funcionamento do rugby nacional. Concluiu sublinhando que a questão do prazo de dois anos, embora mencionada, não é tão relevante neste momento, enfatizando a prioridade de definir os modelos de forma clara e organizada.

De seguida, o Presidente da Assembleia Geral informa que não há mais inscrições sobre o ponto 1 da ordem de trabalhos e que, portanto, se avançará para a respetiva votação, cujo resultado é, em seguida, pelo mesmo comunicado à Assembleia: 5 votos contra, 10 abstenções e 12 votos a favor da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

ATAS



Após a votação do Plano de Atividades e Orçamento, Luís Filipe Lança de Morais (GD Direito) questionou se as abstenções contam como voto, dizendo que, na sua interpretação, deveriam ser contabilizados como votos contra. O Presidente da Assembleia Geral respondeu que, segundo a sua interpretação, havendo necessidade de serem respeitados os Estatutos da FPR, bem como a lei, o que conta é a aprovação por maioria: as abstenções não são consideradas nem a favor nem contra e apenas os votos expressos, positiva ou negativamente, são contabilizados. Luis Lança de Morais solicitou, em seguida, que a sua observação ficasse registada em ata, ressaltando que queria deixar consignado que a validade da votação só poderia ser avaliada após uma análise detalhada dos Estatutos da FPR para determinar se as abstenções contam ou não. O Presidente da Mesa reforçou que a elaboração da ata é da responsabilidade da Mesa, tendo confirmado que a declaração de Luís Lança de Morais seria registada em ata.

O Presidente da Mesa fez, então, questão de repetir para toda a Assembleia que o resultado da votação do ponto 1 foi, oficialmente, de 12 votos a favor, 5 contra e 10 abstenções, com a sua consequente aprovação, ficando registada em ata a observação de Luis Lança de Morais sobre a interpretação a dar às abstenções.

A Assembleia passou, então, ao segundo e terceiro pontos da ordem de trabalhos: a ratificação da admissão de novos sócios, nomeadamente CJD Sport e Gaudium Sports. O Presidente da Assembleia explicou que, salvo objeção de algum delegado, ambas as ratificações seriam votadas em conjunto, o que mereceu aceitação de todos os delegados presentes.

Foram pedidos esclarecimentos sobre os clubes: CJD refere-se ao Colégio Júlio Diniz, do Porto, e Gaudium Sports é uma entidade dedicada ao desenvolvimento desportivo, também na região do Grande Porto.

A votação foi, então, efetuada, não tendo havido votos contra, nem abstenções. Todos os delegados presentes votaram a favor, aprovando assim por unanimidade a admissão dos dois novos sócios.

Com esta votação concluída, o Presidente da Assembleia deu início ao último ponto da ordem de trabalhos (“Diversos”), dando a palavra ao delegado Miguel Portela (GD Direito).

Miguel Portela abriu a sua intervenção enfatizando a necessidade de uma abordagem mais estruturada e estratégica da Federação ao rugby português. Destacou que, nas assembleias, muitas vezes os clubes acabam por se confrontar entre si, sem que haja decisões claras ou uma visão de longo prazo, mais sublinhando que, apesar do mérito da Seleção Nacional e das conquistas

ATAS

desportivas recentes, é essencial aproveitar a estabilidade atual para planeamento a longo prazo, propondo uma política para os próximos cinco anos e não apenas para dois anos. Esse plano, segundo ele, não deve focar-se apenas na seleção, mas também nos clubes, reconhecendo a dinâmica e capacidade das estruturas locais.

Mais apontou problemas concretos, como o excesso de jogadores estrangeiros em Portugal e a falta de competitividade nos jogos, citando o exemplo do Cascais, onde esforços para atrair público e criar espetáculo são prejudicados pela ausência de uma estrutura competitiva clara, frisando que eventos sem motivação e sem uma progressão clara — meias-finais, finais — não conseguem manter o entusiasmo e o envolvimento dos clubes e jogadores.

A sua proposta central foi clara: criar um plano escrito e partilhado entre clubes e Federação, definindo políticas, calendários e motivação competitiva. Destacou que um campeonato com meias-finais e finais garantiria que pelo menos quatro clubes estivessem sempre ativos e motivados até ao final da época, mantendo a competitividade e o interesse dos atletas e do público.

Por fim, Miguel Portela alertou que, sem esta organização, as assembleias continuariam a repetir “guerras desnecessárias” todos os anos e que a falta de um plano estruturado poderia, a longo prazo, comprometer a sustentabilidade do rugby português.

O Presidente da Direção agradeceu, em seguida, a todos os delegados presentes, independentemente do voto que tenham emitido, expressando surpresa pelo número relativamente baixo de participantes na votação do orçamento, cerca de um terço do que seria normal. Reconheceu as questões levantadas durante a assembleia e afirmou que iria refletir sobre elas, mas reafirmou que o orçamento apresentado aborda os pontos essenciais para a Federação.

Seguiu-se uma explanação sobre um projeto estratégico de grande relevância para o rugby português: o Centro de Alto Rendimento do Jamor, para o qual o Estado português destinou 3,5 milhões de euros. O Presidente explicou que o projeto prevê a cessão do espaço pelo Estado à Federação e um modelo de exploração em parceria com a iniciativa privada, incluindo “naming rights”, tendo descrito planos detalhados para o espaço: a cobertura da bancada atual, a construção de três novas bancadas (uma nascente e duas de topo), com capacidade total para 8 a 10 mil pessoas, além de cerca de 40 quartos para alojamento de atletas nacionais e estrangeiros, podendo também ser utilizados para outras modalidades e estágios.

O Presidente enfatizou que este projeto permitiria centralizar a sede da Federação, reduzir custos relacionados à organização de finais (como pagamentos ao IPDJ), receber equipas internacionais

ATAS

e proporcionar instalações para os clubes portugueses. Ressaltou que o projeto, embora iniciado no seu mandato, provavelmente se prolongará para além do seu tempo à frente da Federação, mas é essencial que seja lançado para garantir benefícios duradouros para o rugby nacional.

Concluiu reafirmando a sua confiança no futuro do rugby português, destacando que pequenos desentendimentos e diferentes perceções sobre o desporto não devem obscurecer os avanços já realizados. Reafirmou também a importância de manter a prioridade nas seleções nacionais, mas com atenção à relação próxima com os clubes. Por fim, garantiu que manteria as convicções que tem sustentado ao longo dos anos, alinhadas com o seu programa eleitoral e experiência prévia em clubes, enquanto procurará incorporar melhorias sugeridas pelos delegados.

Seguidamente, foi dada a palavra a José Rhodes Sérgio (CF Belenenses) que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos e agradecendo a oportunidade de participar, expressando uma preocupação clara: queria compreender melhor os planos da Direção e do Presidente para a profissionalização das seleções nacionais. Referiu que, apesar de várias reuniões, ainda não era possível perceber com clareza os moldes, prazos e documentação relativos a essa profissionalização e perguntou se haveria algum compromisso de apresentação formal dessas estratégias e quando isso poderia ocorrer.

O Presidente da Direção explicou, então, que o modelo é baseado num contrato voluntário com os jogadores que desejam participar. Explicou que se trata de uma equipa contratada pela Federação — cerca de 30 atletas — que trabalham regularmente no Centro de Alto Rendimento e que, sempre que possível, também poderão jogar pelos seus clubes, sobretudo nas fases finais ou nos períodos mais relevantes do campeonato nacional. O Presidente esclareceu que a decisão será implementada já nesta época, não sendo necessário qualquer documentação adicional, pois os contratos são firmados de forma voluntária com os jogadores, sem a criação de papéis ou regulamentos extra.

José Rhodes Sérgio reiterou a importância de documentar ou formalizar o processo para maior clareza e acompanhamento pelos clubes, mas reconheceu que compreende a natureza da decisão. O Presidente, por sua vez, sugeriu a realização de uma reunião específica para esclarecer detalhadamente todos os procedimentos, tornando o processo mais transparente e acessível para os delegados e clubes interessados.

Interveio ainda José Maria Villar Gomes (GDS Cascais), que disse querer esclarecer uma dúvida sobre os modelos competitivos na Divisão de Honra, especificamente em relação à possibilidade

ATAS

de redução de equipas, tendo perguntado se o Presidente da Direção tinha intenção de mudar o modelo competitivo ainda este ano e se tal mudança visaria competições mais fortes.

O Presidente da Direção respondeu que nada havia sido ainda decidido, nem pela redução nem pelo aumento de equipas. Esclareceu que, até ao final de abril, a Direção da Federação tomará uma decisão definitiva sobre o modelo competitivo, reconhecendo que tem tentado buscar consenso com os clubes, mas que isso não tem sido possível. Ressaltou que, embora seja natural dialogar previamente com os clubes, a decisão final será da Direção e será anunciada dentro do prazo regulamentar.

Villar Gomes fez, então, uma segunda pergunta, sobre quando o novo modelo competitivo entraria em vigor, caso fosse implementado. O Presidente da Direção esclareceu que, conforme o regulamento atual, o novo modelo só produzirá efeitos na temporada 2027-2028 e não imediatamente na época seguinte, a menos que houvesse unanimidade entre os clubes.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença de todos, desejou um Feliz Natal e declarou, pelas 21h10, encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata, que é assinada por ele, e pelo Secretário da Mesa.

